

**REVISTA SEMESTRAL DE  
DIREITO EMPRESARIAL**

**Nº 18**

Publicação do Departamento de Direito Comercial e do Trabalho  
da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro  
**janeiro / junho de 2016**



Publicação do Departamento de Direito Comercial e do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Prof. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, Prof. Eduardo Henrique Raymundo Von Adamovich, Prof. Eduardo Takemi Dutra dos Santos Kataoka, Prof. Enzo Baiocchi, Prof. Ivan Garcia, Prof. João Batista Berthier Leite Soares, Prof. José Carlos Vaz e Dias, Prof. José Gabriel Assis de Almeida, Prof. Leonardo da Silva Sant'Anna, Prof. Marcelo Leonardo Tavares, Prof. Mauricio Moreira Menezes, Prof. Rodrigo Lychowski e Prof. Sérgio Campinho).

**Editores:** Sérgio Campinho e Mauricio Moreira Menezes.

**Conselho Editorial:** Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (UERJ), António José Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra), Carmem Tibúrcio (UERJ), Fábio Ulhoa Coelho (PUC-SP), Jean E. Kalicki (Georgetown University Law School), John H. Rooney Jr. (University of Miami Law School), Jorge Manuel Coutinho de Abreu (Universidade de Coimbra), José de Oliveira Ascensão (Universidade Clássica de Lisboa), Luiz Edson Fachin (UFPR), Marie-Hélène Bon (Université des Sciences Sociales de Toulouse), Paulo Fernando Campos Salles de Toledo (USP), Peter-Christian Müller-Graff (Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg) e Werner Ebke (Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg).

**Conselho Executivo:** Carlos Martins Neto, Enzo Baiocchi, Leonardo da Silva Sant'Anna, Mariana Campinho, Mariana Pinto e Viviane Perez.

**Pareceristas Deste Número:** Adem Bafti (UNIVAP), Caroline da Rosa Piniheiro (UFRJ), Davi Antônio Gouvêa Costa Moreira (SEUNE), Jacques Labrunie (PUC-SP), Milena Donato Oliva (UERJ), Sergio Negri (UFJF), Samuel Max Gabbay (UFRN) e Vitor Monteiro (UFAL).

**PATROCINADORES:**



MOREIRA MENEZES . MARTINS . MIRANDA  
ADVOGADOS

ISSN 1983-5264

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

---

Revista semestral de direito empresarial. — nº 18 (janeiro/junho 2016)  
. — Rio de Janeiro: Processo, 2007-.

v.

UERJ  
Campinho Advogados  
Moreira Menezes, Martins, Miranda Advogados

Semestral

1. Direito — Periódicos brasileiros e estrangeiros.

94-1416.

CDU — 236(104)

---

\* Publicada no segundo semestre de 2017.

# Editorial

Como chefe do Departamento de Direito Comercial e do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, cumpre-me, com imensa satisfação, apresentar o décimo oitavo número da Revista Semestral de Direito Empresarial – RSDE à comunidade jurídica.

Em temática de grande atualidade, o artigo inaugural, de autoria do Professor norte-americano Robert Klitgaard e intitulado “*Corruption*”, enfrenta, dentre outros pontos, as instigantes questões sobre o que seria efetivamente corrupção, como seria possível mensurá-la, quão prejudicial seriam as diversas formas de corrupção e o que um líder poderia fazer a respeito da corrupção.

Na sequência, o Professor norte-americano Michael Johnston, em trabalho intitulado “*Making Transparency Real? Accounting and Popular Participation in Corruption Control*”, traça interessante análise entre contabilidade, transparência e corrupção, concluindo que técnicas de contabilidade rigorosas e qualificadas podem se tornar um poderoso instrumento anticorrupção, auxiliando na produção de melhores governanças e negócios, desde que contem com o apoio ativo dos cidadãos.

Sob o título “A Conversão de Dívida em Participação Acionária como Meio de Recuperação Judicial”, o Professor e coeditor de nossa RSDE Mauricio Moreira Menezes em coautoria com o advogado e mestrando em Direito de Empresa e Atividades Econômicas pela UERJ Rodrigo Saraiva Porto Garcia oferecem relevante análise sobre a conversão de dívida em participação acionária como meio de recuperação judicial de empresas, examinando o teor das cláusulas inseridas em planos de recuperação judicial com o intuito de promover o pagamento de credores por intermédio da conversão de sua dívida em ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição emitidos pela companhia.

No artigo “*L’impresa Agricola Tra Diritto Agrario e Diritto Commerciale*”, a Professora de Direito Comercial Monica Cossu discorre sobre as reformas sofridas pela legislação italiana que disciplina o modelo de empresa agrícola e aponta alguns dos efeitos dessas alterações, comparando os regimes jurídicos das sociedades comerciais com os das sociedades agrícolas, notadamente no que se refere à sujeição ao instituto da falência.

Em seguida, o Professor e Desembargador José Marcos Rodrigues Vieira e a Professora Maria Celeste Moraes Guimarães contribuem com suas reflexões, em artigo intitulado “Por um Calendário Processual na Recuperação Judicial de Empresas – uma Proposta para Alteração da Lei nº 11.101/2005”, sugerindo reforma pontual da Lei nº 11.101/2005 de modo a permitir a adoção, de comum acordo, de um calendário para a prática dos atos processuais na Recuperação Judicial de Empresas, instrumento já admitido pelo Código de Processo Civil de 2015, com vistas a dar maior celeridade e efetividade ao processo recuperatório.

O Professor Marcelo Lauar, em seu trabalho “Limitação da Responsabilidade Patrimonial como Fator de Proteção ao Investimento: Razões e Propostas para uma Missão de Resgate”, oferece encaminhamentos de ordem legislativa e jurisdicional que possam servir de base pragmática para a proteção do investimento produtivo no Brasil, debatendo os paradigmas da limitação da responsabilidade patrimonial e o fato de o papel garantidor do capital social ter sido esquecido em prol de uma dilatada aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

O Professor e doutorando pela UERJ Cláudio Luiz de Miranda e o advogado e mestre pela UERJ Rodrigo da Guia Silva, em coautoria, contribuem com artigo intitulado “Lucro da Intervenção: A Restituição do Lucro Obtido Mediante Intromissão em Direito Alheio”, investigando qual seria o adequado enquadramento dogmático do lucro da intervenção no direito brasileiro.

No artigo “A Responsabilidade Civil das Corretoras de Valores Mobiliários em Razão de Incompleto Cumprimento das Ordens dos

Clientes e o Cálculo do Montante do Dano”, o Professor José Gabriel Assis de Almeida estuda a obrigação das corretoras de valores mobiliários em executar integralmente as ordens de seus clientes e a responsabilidade civil no caso de incompleta execução de tais ordens, defendendo que a melhor forma de se calcular eventual indenização devida seria por meio da teoria da perda de uma chance.

Encerrando este número, o advogado e mestre Thiago Salles Rocha, por meio de pesquisa que se utilizou dos métodos histórico, jurídico interpretativo e comparativo, dedica-se à caracterizar e abordar as peculiaridades do que chama de “regime jurídico especial de invalidades” aplicável às deliberações assembleares ocorridas no âmbito das sociedades anônimas, sob artigo intitulado “Do Regime Jurídico Especial de Invalidades dos Atos Jurídicos Ocorridos nas Assembleias das Sociedades Anônimas”.

Sempre imbuídos da missão de atender às expectativas de nossos leitores, a todos desejamos uma ótima leitura.

Prof. Sérgio Campinho  
Chefe do Departamento de Direito Comercial e do Trabalho  
Faculdade de Direito/UERJ

